

PERMANÊNCIAS E RUPTURAS DAS PROPOSTAS REFORMISTAS BRASILEIRAS A PARTIR DOS ANOS 1990: CONSTRUÇÃO DA CRISE E OS MODELOS INSPIRADORES DO PAÍS

IX Reunião Anual de Iniciação Científica da UFRRJ (RAIC 2021/2022) e III Reunião Anual de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (RAIDTec 2021/2022) - UFRRJ, 0ª edição, de 15/05/2023 a 19/05/2023
ISBN dos Anais: 978-65-5465-041-0

FELISARDO; Pedro Henrique de Moraes¹, TEIXEIRA; Maria Gracinda Carvalho²

RESUMO

Torna-se cada vez mais importante compreender o papel do Estado em termos de proteção e regulação social, tema tão caro aos tempos atuais. Por essa razão falar de reformas trabalhistas é uma tarefa muito complexa visto que se tornou um objeto multidisciplinar por englobar variadas dimensões. Mais do que nunca, tais reflexões se tornam fundamentais à tomada de decisão sobre políticas públicas que afetam as condições de vida, saúde, segurança e de trabalho das populações. No bojo das propostas reformistas, exploramos na presente fase do trabalho, alguns aspectos da reforma trabalhista e suas implicações para as políticas públicas. Políticas públicas dizem respeito ao que os governos fazem – ou deixam de fazer. No Brasil, o campo disciplinar de públicas se expandiu no final da década de 1990 a partir de debates sobre o funcionamento das instituições estatais, especialmente do impacto das relações governamentais, do federalismo, das capacidades estatais e das burocracias na formulação e implementação de políticas públicas. Reside na área de políticas públicas, portanto, a função de compreender a ampla atribuição dos Estados e os tipos de intervenções na sociedade, seja na economia, seja na provisão de serviços públicos. É também a área de políticas públicas que investiga, a fundo, a maneira pela qual se darão mudanças e adequações no caminho entre a saída das políticas do papel até chegarem aos cidadãos. O objetivo da pesquisa é identificar os propósitos das ideias reformistas e as tentativas de reforma no Brasil ao longo da sua história de modo a se compreender a importância do debate recente sobre o ambiente de reformas pelo qual passa o Brasil. O estudo parte de dois pressupostos principais: (i) de que reformas não são simples mudanças, são alterações estruturais definidas por um governo, determinando as formas de conduzir uma nação, afetando as políticas públicas e as prioridades governamentais com escolhas de projetos que entram ou não nas suas agendas, portanto, permeadas de um esboço ideológico; (ii) conjunturas políticas e socioeconômicas em crise, afetam profundamente as políticas públicas e outras ações que conformam a relação entre o Estado e a sociedade, comprometendo a democracia e cidadania. O estudo, de natureza qualitativa, de base documental, em que se utilizou análise interpretativa, pressupõe que conjunturas políticas e socioeconômicas em crise, afetam profundamente as políticas públicas e sociais e outras ações que conformam a relação entre o Estado e a sociedade expondo aspectos críticos da democracia e cidadania de um país. Nesse sentido, a pesquisa contribui com estudos que apontam as contradições experimentadas em razão da adoção de políticas neoliberais na esfera do trabalho provenientes de países anglo-saxões ditadas pelo *mainstream* que norteou reformas neoliberais na Europa ocidental na década de 80 e vieram “inspirar” o Brasil. Os resultados da pesquisa tendem a corroborar seus pressupostos além de expor retrocessos em termos de ganhos sociais e de conquista de direitos adquiridos por meio de políticas públicas governamentais brasileiras que as antecederam.

PALAVRAS-CHAVE: Propostas reformistas, Relação Estado x Sociedade, Reforma Trabalhista

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pedromoraes1997@yahoo.com.br

² Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, gracinda@uol.com.br